



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	26260/2024
Data do Início	06/12/2024
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 26260/2024, Pregão Presencial 19/2024

OBJETO: Registro de Preços para terceirização através de empresa para a prestação do serviço gestão de mão de obra de cozinheiro, copeiro, copeiro de lactário e auxiliar de almoxarife ao Município de Maricá.

À Secretaria Requisitante,

A empresa **GÁVEA FACILITIES**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	26260/2024
Data do Início	06/12/2024
Folha	
Rubrica	

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- Excesso na qualificação econômico financeira;
- Combinação da Lei 8.666/93 e da Lei 14.133/21 no certame;
- Excesso de garantia contratual;
- Ausência de previsão de recursos
- omissão / risco de prejuízo ao julgamento objetivo

III – DO MÉRITO

A impugnante alega que o edital prevê, equivocadamente, excessos nos itens 12.B.1, 12.B.5 e 12.B.6, referentes à qualificação econômico financeira. Afirmar que houve uma mistura velada das normas da lei 8.666/93 com a lei 14.133/21 no processo licitatório em questão. Também alega que, no item 19.4.3.1, houve excesso no estabelecimento da garantia contratual. Por fim, argumenta que não há previsão completa das penalidades possíveis, especificamente inidoneidade, e risco ao julgamento objetivo do processo.

Em análise aos pontos atacados, passamos a nos manifestar.

Sobre os supostos excessos presentes na qualificação econômico financeira e na garantia contratual, é importante esclarecer que, nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no edital, tendo por objetivo o atendimento ao interesse público, a busca da melhor proposta ofertada e, ainda, da ampliação da competitividade entre os participantes do procedimento licitatório.

Nesse aspecto, cumpre destacar que as condições para execução do objeto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	26260/2024
Data do Início	06/12/2024
Folha	
Rubrica	

estabelecidas nos processos licitatórios elaborados por esta municipalidade são formuladas mediante pesquisas e análises para atender as diversas demandas deste ente. Outro aspecto a se considerar, consiste na presunção de legalidade dos atos praticados pela Administração Pública e, também, na possibilidade de prática de atos discricionários os quais são pautados na oportunidade e conveniência para fins de atendimento ao interesse público.

Sobre o assunto, também vale transcrever a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, na qual o autor ressalva a autonomia da Administração para definir as condições da contratação administrativa, nos seguintes termos:

“Por isso, a lei ressalva autonomia para a Administração definir as condições da contratação administrativa. (...) Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. ” (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 70)

Assim, considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que o ponto atacado nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

A ora impugnante traz à tela, também, questionamento referente ao item C.2.5 do edital, qual seja:

C.2.5 - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

Argumenta que este dispositivo foi instituído pela Lei 14.133/21 e não pela Lei 8.666/93, que rege este processo licitatório.

Sabemos que o gestor público não pode combinar a antiga e a nova lei em uma mesma licitação, aplicando parte do regime antigo e parte do novo. Desta forma, para melhor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	26260/2024
Data do Início	06/12/2024
Folha	
Rubrica	

esclarecimento, entendemos necessário que a Secretaria Requisitante informe qual embasamento utilizou para o item mencionado.

Sobre os últimos apontamentos, falta de previsão de penalidade de inidoneidade e risco ao julgamento objetivo do certame, reforçamos que o instrumento convocatório precisa ser entendido como um todo, ou seja, os itens dispostos no edital não podem ser interpretados individualmente, é preciso que a leitura do edital seja feita de forma conjunta.

Por fim, lembramos que o certame em tela já foi crivo de análise do TCE, onde a única retificação imposta diz respeito à exclusão da exigência de apresentação de propostas com o patamar salarial mínimo indicado na Convenção Coletiva nº 000597/2022, constante no item 13 do termo de referência.

IV – DA CONCLUSÃO

Esta especializada decide **conhecer a impugnação**, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicita-se a análise da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 06/12/2024

Maria Lúcia Cardoso Travassos
Matr. 111.813

De acordo

Flávia Maria Nogueira Mattos
Pregoeira